**FORMULÁRIO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NA ADESÃO À SOLUÇÃO LEGAL, EM FASE DE CONCILIAÇÃO AMBIENTAL, DISPENSANDO AUDIÊNCIA**

**ATENÇÃO:**

- Este Formulário deve ser utilizado exclusivamente na fase de conciliação do processo sancionador ambiental no contexto do art. 97-A, inciso II do Decreto nº 11.080, de 24 de maio de 2022, para adesão a uma das soluções legais possíveis para encerrar o processo, previstas na alínea "b" do inciso II do § 1º do art. 98-A, dispensando a realização de audiência de conciliação ambiental.

- O requerimento será apreciado pelos membros do Núcleo de Conciliação Ambiental – NUCAM da localidade onde a infração foi contatada e não assegura ao interessado a efetiva disponibilização da opção de adesão requerida.

- A adesão a uma das soluções legais será formalizada somente após a consolidação da multa no âmbito da análise preliminar da autuação ambiental. Admitida a adesão à solução legal escolhida, o autuado será notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, assinar o Termo de Conciliação Ambiental sem Audiência. Caso o termo não seja assinado no prazo, o NUCAM declarará o insucesso da conciliação e o processo seguirá para instrução e julgamento, reabrindo prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa.

- O Ibama poderá requerer informações complementares.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **1. DADOS DO PROCESSO** | | | | |
| **Código do auto de Infração:** | | | | |
| **Processo nº:** | | | | |
|  | | | | |
| **2. AUTUADO** | | | | |
| Nome ou Razão Social: | | | | |
| CPF ou CNPJ: | | | | |
| Endereço: | | | | |
| Bairro: | Município: | UF: | CEP: | |
| E-mail: | | Telefone: ( ) | | |
| \*É necessário informar um e-mail válido para recebimento das notificações e termos para assinatura. | | | | |
| **3. PROCURADOR OU REPRESENTANTE LEGAL** | | | | |
| Nome ou Razão Social: | | | | |
| CPF OU CNPJ: | | | | |
| Endereço: | | | | |
| Bairro: | | Município: | UF: | CEP: |
| E-mail: | | | Telefone:( ) | |
|  | | | | |
| **4. SOLUÇÃO LEGAL (conforme previsto em anexo 1).** | | | | |
| **A) (   ) Pagamento à vista com 30% de desconto sobre o valor consolidado em Análise Preliminar.** | | | | |
| **B) (  ) Parcelamento de sanção pecuniária sobre o valor consolidado em Análise Preliminar, nos termos do inciso II (§ 1º) do art. 98-A do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.**  **Quantidade de parcelas máxima pretendidas** \_\_\_\_\_\_ [o valor poderá ser parcelado em até 60 vezes de modo que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R$ 200,00 (duzentos reais), se pessoa jurídica; e R$ 50,00 (cinquenta reais), se pessoa física, conforme art. 109 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 12 de abril de 2021].  Caso o quantitativo de parcelas informado não possa ser efetivado, em razão das regras descritas, o Termo de Parcelamento, que acompanha o Termo de Conciliação sem Audiência, será emitido no quantitativo máximo de parcelas permitidas para o caso em análise. | | | | |
| **OBS1: As modalidades de adesão com pagamento à vista (com 30% de desconto) ou parcelamento do débito serão efetivadas mediante quitação de GRU, em guia única ou guias emitidas mensalmente pelo autuado em caso de parcelamento.** | | | | |
| **C) (   ) Conversão direta de multa (com até 60% de desconto) em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos do inciso II (§ 1º) do art. 98-A do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, na modalidade de execução direta** - Adesão ao Projeto de Conversão de Multas para atendimento das necessidades básicas dos Centros de Triagem de Animais Silvestres do Ibama.  Informo minha preferência para atendimento das necessidades do CETAS do Estado de(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Para este tipo de adesão se faz necessário, além de firmar Termo de Conciliação sem Audiência, assinar e se comprometer com o cumprimento do Termo de Compromisso de Conversão de Multas – TCCM, o qual descreverá os insumos a serem entregues, bem como aspectos inerentes a sua concretização. | | | | |
| **D. ( ) Conversão direta de multa (com até 60% de desconto) em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos do inciso II (§ 1º) do art. 98-A do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, na modalidade de execução direta** **-** Adesão ao Projeto de Conversão de Multas para atendimento das necessidades do Programa Quelônios da Amazônia (PQA)) | | | | |
| **OBS2: Para as modalidades de adesão com conversão de multas, caso a multa seja do tipo aberta, com intervalo de mínimo e máximo, o desconto não poderá ultrapassar o valor mínimo permitido para o tipo infracional analisado.** | | | | |
|  | | | | |
| **5. DOCUMENTAÇÃO A SER ANEXADA À SOLICITAÇÃO.**  ( ) Documentos oficiais do titular do débito.  (  ) Documentos oficiais do procurador.  (  ) Procuração assinada pelo titular do débito/responsável legal.  (  ) Carteira da OAB do advogado.  (  ) Contrato social consolidado.  (  ) Outros que julgar pertinentes. | | | | |
|  | | | | |
| **6. DECLARAÇÃO.**  Declaro que todas as informações aqui contidas e todos os documentos que acompanham o presente requerimento são a expressão da verdade.  Autorizo ser notificado, por meio do e-mail informado neste formulário, acerca do Auto de Infração e Processo Administrativo deste formulário.  Local:  Data:  Assinatura do requerente ou seu procurador: ­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | | |

**IMPORTANTE:** A notificação para assinatura do Termo de Conciliação sem Audiência e Termo de Compromisso de Conversão de Multas – TCCM, se for o caso será realizada por meio eletrônico. Para efetivar esta manifestação de interesse é obrigatório **inserir um e-mail** válido de quem assinará o(s) termo(s), pois será por meio deste que será disponibilizado acesso externo para assinatura eletrônica da parte atuada ou seu representante legal. Para mais informações, inserir o telefone com o DDD, que o NUCAM entrará em contato, caso necessário.

**ANEXO 1: Soluções Legais Disponíveis**

**Pagamento à vista da sanção pecuniária (com 30% de desconto) sobre o valor consolidado no parecer da análise preliminar.**

A Guia de Recolhimento da União será disponibilizada no processo do auto de infração e enviada ao endereço eletrônico do autuado/representante legal informado na manifestação de interesse.

**Parcelamento da sanção pecuniária sobre o valor consolidado no parecer da análise preliminar, nos termos do inciso II (§ 1º) do art. 98-A do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.**

A Guia de Recolhimento da União será disponibilizada no processo do auto de infração e enviada ao endereço eletrônico do autuado/representante legal informado na manifestação de interesse.

O valor poderá ser parcelado em até 60 vezes de modo que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R$ 200,00 (duzentos reais), se pessoa jurídica; e R$ 50,00 (cinquenta reais), se pessoa física, conforme art. 109 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de janeiro de 2021.

O valor de cada prestação mensal é acrescido, por ocasião do pagamento, de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (cf. art. 110 da IN Conjunta 01/2021).

A opção pelo pagamento parcelado implica subscrição do “Termo de Compromisso Administrativo de Parcelamento e Confissão de Dívida – penalidades pecuniárias”, pelo autuado ou seu representante, com poderes para tanto. A celebração do parcelamento importa também confissão da dívida nele consignada, e aquele Termo se constitui em instrumento hábil e suficiente para a exigência do valor consolidado da multa ambiental.

**Conversão da multa (com até 60% de desconto) em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos inciso II (§ 1º) do art. 98-A do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, na modalidade de execução direta**

Adesão ao Projeto de Conversão de Multas para atendimento das necessidades básicas dos Centros de Triagem de Animais Silvestres do Ibama ou Adesão ao Projeto de Conversão de Multas para atendimento das necessidades do Programa Quelônios da Amazônia (PQA)

De acordo com o art. 142-A do Decreto nº 6514, de 22 de julho de 2008, a opção pela conversão de multa em serviços implica na subscrição, pelo autuado ou seu representante com poderes para tanto, do TERMO DE COMPROMISSO DE CONVERSÃO DE MULTA NA MODALIDADE DE EXECUÇÃO DIRETA, indicada pela autoridade competente no presente caso e segundo o disposto no inciso I do artigo mencionado.

O referido Termo de Compromisso estabelecerá os termos da vinculação do autuado ao objeto da conversão da multa, o qual, consiste na adesão ao Projeto de Conversão de multas para atendimento das necessidades básicas dos Centros de Triagem de Animais Silvestres do Ibama ou na adesão ao Projeto de Conversão de multas para apoio às ações do Programa Quelônios da Amazônia.

Em relação ao Projeto de Conversão de multas para atendimento das necessidades básicas dos Centros de Triagem de Animais Silvestres, o serviço ambiental a ser prestado pelo autuado consiste na entrega de insumos necessários à garantia da sobrevivência dos espécimes da fauna silvestre no Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (CETAS) selecionado. A efetiva conversão da multa se dá após a entrega da prestação pactuada, a sua comprovação pelo executor e aprovação pelo órgão federal emissor da multa ambiental.

Em relação ao projeto de Conservação de multas para apoio às ações do programa Quelônio da Amazônia (PQA), o serviço ambiental consiste na entrega de insumos necessários para aprimorar as ações de monitoramento, proteção e reintrodução de quelônios amazônicos.